



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAS



SF/19817.25782-92 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLS 703/2015, *que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas.*

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Caixa Econômica Federal
2. Representante do Ministério da Economia
3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

JUSTIFICAÇÃO

O Governo está prestes a mudar regras para saque do fundo e aumentar rentabilidade do Fundo. Segundo anunciado em entrevista com o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, o governo vai elevar a rentabilidade do FGTS

e mudar as regras para acesso aos recursos depositados no fundo. Segundo ele, as medidas estão em fase de elaboração e devem ser anunciadas “no futuro próximo.

“O FGTS vai sofrer reformatações, incluindo mudanças em sua governança, gestão e rentabilidade. Hoje, a rentabilidade é de 3% ao ano mais taxa referencial (que hoje está zerada). Logo, em termos reais, descontada a inflação, ela é negativa, funciona como um imposto sobre o cidadão”, afirmou Rodrigues Júnior, durante o 31º Fórum Nacional, na sede do BNDES.

“Certamente, [a rentabilidade] será acima do que é hoje e acima da inflação. Para que o trabalhador tenha benefício a partir do recurso que a ele é devido.

Ele lembra, no entanto que o FGTS é um fundo com mais de R\$ 500 bilhões em estoque. “Então mudanças serão estudadas de forma super cautelosa”, justificou.

“O recurso é do cidadão por toda a vida. A pessoa não terá prazo para sacar. Vamos fazer uma campanha para que esse dinheiro não fique parado. Essas medidas fazem parte de um pacote que visa a dar ao cidadão acesso aos seus recursos”, ponderou Rodrigues Júnior.

Por isso pedimos esta Audiência Pública para analisar as propostas do Governo frente as medidas legislativas de permitem o saque do FGTS.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2019.